



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0002448-86.2010.8.17.0990 (0308708-9)
COMARCA : OLINDA - VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
APELANTE : EDNEI SIÃO SOARES
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR CONVOCADO : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : MARILEA DE SOUZA CORREIA ANDRADE

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO EM CONCURSO MATERIAL COM DUAS TENTATIVAS DE HOMICÍDIO SIMPLES. PRELIMINARES DE NULIDADE DO JULGAMENTO POR EQUÍVOCO NA DECISÃO DE PRONÚNCIA, E POR AUSÊNCIA DE QUESITAÇÃO DAS TESES DA DEFESA. PRELIMINARES REJEITADAS. PRECLUSÃO. MÉRITO. PEDIDO DE ANULAÇÃO DO VEREDICTO POR DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. NÃO ACOLHIMENTO. DECISÃO EM HARMONIA COM O CONJUNTO PROBATÓRIO. PEDIDO DE DIMINUIÇÃO DA PENA. CONSIDERAÇÃO, PELA MAGISTRADA, DE QUALIFICADORA NÃO RECONHECIDA PELOS JURADOS. NÃO OCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE EQUÍVOCO NA FIXAÇÃO DAS PENAS-BASE DAS DUAS TENTATIVAS DE HOMICÍDIO SIMPLES. ACOLHIMENTO. APELO PARCIALMENTE PROVIDO PARA REDIMENSIONAR A PENA TOTAL APLICADA DE 31 (TRINTA E UM) ANOS DE RECLUSÃO PARA 23 (VINTE E TRÊS) ANOS DE RECLUSÃO. DECISÃO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

I - A teor do art. 581, IV, do CPP, eventuais nulidades constantes na decisão de pronúncia devem ser impugnadas através do recurso cabível, o que não foi feito pela defesa, ocorrendo, desta forma, a preclusão. Preliminar rejeitada.

II - As nulidades quanto à quesitação ao Júri devem ser arguidas logo depois de ocorrerem, conforme disposto no art. 571, VIII, do CPP, sob pena de preclusão. Preliminar rejeitada.

III - No caso em análise, a decisão dos jurados encontra apoio nas provas dos autos, mormente na prova pericial e testemunhal, não havendo que se falar em anulação do julgamento.

IV - Considerando o dispositivo da sentença e a pena-base fixada para o crime de homicídio qualificado, a saber, 16 (dezesseis) anos de reclusão, fica evidente que a juíza sentenciante considerou apenas duas qualificadoras, tal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

como reconheceram os jurados, não havendo reparo a ser feito na pena correspondente.

V - De fato, houve equívoco na fixação das penas-base para as duas tentativas de homicídio simples, uma vez que foi utilizada como baliza a pena cominada ao homicídio qualificado, de modo que se impõe a diminuição da pena-base de 13 (treze) anos de reclusão para 07 (sete) anos de reclusão, para cada uma das tentativas.

VI - Apelo parcialmente provido para redimensionar a pena total aplicada de 31 (trinta e um) anos de reclusão para 23 (vinte e três) anos de reclusão. Decisão por unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0308708-9**, no qual figuram como partes as acima nominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao apelo**, nos termos do relatório e voto anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 18 de *junho* de 2014

JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0002448-86.2010.8.17.0990 (0308708-9)
COMARCA : OLINDA – VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
APELANTE : EDNEI SIÃO SOARES
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
CONVOCADO
PROCURADORA : MARILEA DE SOUZA CORREIA ANDRADE

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto por EDNEI SIÃO SOARES, em face da sentença de fls. 490/494, que, com arrimo na decisão do Tribunal do Júri, o condenou a 15 (quinze) anos de reclusão pelo crime previsto no art. 121, §2º, incisos III e IV, e a 16 (dezesesseis) anos de reclusão pela prática do crime tipificado no art. 121, *caput*, c/c o art. 14, Inciso II, duas vezes, todos do Código Penal, totalizando uma reprimenda de 31 (trinta e um) anos de reclusão.

Em razões recursais às fls. 504/519, a defesa técnica requer, em sede de preliminar, o seguinte: a) a anulação do julgamento, tendo em vista que o apelante foi equivocadamente pronunciado por um homicídio triplamente qualificado, na forma consumada, em concurso material com duas tentativas de homicídio simples, quando o correto seria sua pronúncia pelo homicídio triplamente qualificado, na modalidade consumada, em concurso formal com duas lesões corporais; b) a anulação do julgamento, considerando que as teses sustentadas pela defesa não foram objeto de quesitação. No mérito, pugna pela anulação do veredicto, alegando que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos. Subsidiariamente, requer a diminuição das penas aplicadas.

O representante ministerial apresentou contrarrazões às fls. 522/525, pugnando pelo improvimento do recurso.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

A Procuradoria de Justiça emitiu o parecer de fls. 537/543, opinando pelo provimento parcial da apelação, a fim de que sejam redimensionadas as penas-base fixadas para as duas tentativas de homicídio simples.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 09 de setembro de 2013.


JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0002448-86.2010.8.17.0990 (0308708-9)
COMARCA : OLINDA – VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
APELANTE : EDNEI SIÃO SOARES
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
CONVOCADO
PROCURADORA : MARILEA DE SOUZA CORREIA ANDRADE

VOTO

Conforme relatado, EDNEI SIÃO SOARES insurge-se contra a sentença proferida pela Juíza da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda, que, com amparo na decisão do Conselho de Sentença, o condenou a 15 (quinze) anos de reclusão pelo crime previsto no art. 121, §2º, incisos III e IV, e a 16 (dezesesseis) anos de reclusão pela prática do crime tipificado no art. 121, *caput*, c/c o art. 14, inciso II, duas vezes, todos do Código Penal, totalizando uma reprimenda de 31 (trinta e um) anos de reclusão.

Narra a denúncia que no dia 06 de fevereiro de 2010, por volta das 19h20, em plena via pública, mais precisamente em frente à residência de nº 92, localizada na Rua das Tulipas, 2ª Etapa de Rio Doce, no município de Olinda, o apelante, usando uma pistola ponto 40, efetuou diversos disparos contra Jackson Ramos da Soledade, mais conhecido como “Mano”, atingindo-lhe de forma fatal na região parietal direita, conforme laudo da perícia tanatoscópica de fl. 117.

Consta ainda que o apelante, ao efetuar os disparos contra a vítima Jackson, atingiu também, de forma não desejada, Henrique Santos de Oliveira e Etanilton da Soledade Souza, causando neste último as lesões corporais de natureza leve descritas no laudo da perícia traumatológica de fl. 142.

De acordo com a inicial acusatória, na hora e local acima mencionados, o apelante e as vítimas Jackson e Etanilton se encontravam



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

participando de um bloco carnavalesco, momento em que chegou um veículo tipo caminhoneta, trazendo em sua caçamba várias pessoas, e estacionou em frente à residência da vítima fatal. Neste momento, o som do veículo foi ligado em alto volume, e um casal passou a dançar ali de forma obscena, fato este que desagradou Jackson, que se aproximou do indivíduo que estava dançando e pediu para que ele baixasse o volume do som e encerrasse a dança. Todavia, o indivíduo não atendeu ao pedido e esmurrou Jackson, o qual revidou a agressão, tendo início uma luta corporal.

Neste ínterim, a vítima Henrique interveio na contenda em favor do indivíduo não identificado, por ser ele seu cunhado, passando a brigar com Jackson. Etanilton, sobrinho de Jackson, também interveio na briga, em defesa do seu tio, vindo os três a caírem no chão.

Neste momento, chegaram ao local o apelante, a Sra. Maria Betânia, irmã da vítima, e a Sra. Josevânia, sobrinha da vítima. O apelante, então, sacou a arma de fogo, dizendo que iria acabar com a briga, sendo alertado diversas vezes por Maria Betânia e Josevânia de que no meio da confusão estava Jackson, tendo esta última dito "Ednei, é tio Mano, é tio Mano!" O apelante apontou a arma na direção de Josevânia e retrucou: "Saia, saia, não se meta não!", logo após, efetuou dois disparos para o alto, fazendo com que as pessoas que estavam espancando Jackson se dispersassem.

Em seguida, Ednei se aproximou de Jackson e, sem dar-lhe qualquer chance de defesa, efetuou diversos disparos, sendo um deles encostado à cabeça da vítima, causando a sua morte. Um disparo atingiu Henrique no abdômen, e dois atingiram Etanilton de raspão, sendo um na região parietal esquerda, e outro no braço esquerdo.

Após a execução dos crimes, o apelante se evadiu do local, e, em seguida, foi levado por sua irmã Andréa à delegacia de Casa Caiada, onde registrou boletim de ocorrência, alegando que sua arma de fogo fora roubada por pessoa desconhecida, sendo esta pessoa responsável pela morte



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

do seu amigo Jackson.

Nas alegações finais, o *Parquet* requereu a pronúncia de Ednei pelo crime previsto no art. 121, §2º, Incisos I, III e IV, em relação à vítima Jackson, em concurso material com o crime tipificado no art. 121, *caput*, c/c o art. 14, inciso II, todos do Código Penal, com relação às vítimas Henrique e Etanilton, sendo o apelante pronunciado nestes termos.

Submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, Ednei foi condenado por homicídio duplamente qualificado (utilização de meio do qual resultou perigo comum e impossibilitou a defesa do ofendido) com relação à vítima Jackson, e por tentativa de homicídio simples contra as vítimas Henrique e Etanilton, em concurso material, conforme ata de julgamento de fls. 496/498.

Em razões recursais, a defesa técnica requer, em sede de preliminar, o seguinte: a) a anulação do julgamento, tendo em vista que o apelante foi equivocadamente pronunciado por um homicídio triplamente qualificado, na forma consumada, em concurso material com duas tentativas de homicídio simples, quando o correto seria sua pronúncia pelo homicídio triplamente qualificado, em concurso formal com duas lesões corporais; b) a anulação do julgamento, considerando que as teses sustentadas pela defesa não foram objeto de quesitação. No mérito, pugna pela anulação do veredicto, alegando que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos. Subsidiariamente, requer a diminuição das penas aplicadas.

Pois bem.

Passo à análise das preliminares suscitadas:

1º PRELIMINAR: NULIDADE DO JULGAMENTO POR EQUÍVOCO NA DECISÃO DE PRONÚNCIA

Aduz a defesa que a juíza *a quo* se equivocou ao pronunciar o apelante por um homicídio consumado e duas tentativas de homicídio, pois o caso é de um homicídio consumado em concurso formal com duas lesões corporais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

A preliminar deve ser rejeitada sem mais delongas. Senão vejamos.

Eventuais erros constantes na decisão de pronúncia devem ser impugnados através do recurso próprio, nos termos do art. 581, inciso IV, do Código de Processo Penal, sob pena de preclusão.

Neste sentido, trago à colação o seguinte julgado do Supremo Tribunal Federal:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. VÍCIO DE FUNDAMENTAÇÃO DA PRONÚNCIA. PRECLUSÃO. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. DEFICIÊNCIA DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A defesa não impugnou a pronúncia através do recurso cabível e somente veio a alegar sua nulidade depois da condenação proferida pelo Tribunal Popular. Evidente caso de preclusão, que torna impossível a análise dos fundamentos, já superados, que conduziram ao recebimento da denúncia (RHC 91367/SP, Rel. JOAQUIM BARBOSA, 28/04/2008).

Desta forma, considerando a preclusão da matéria, o meu voto é pela rejeição da preliminar suscitada.

2º PRELIMINAR: NULIDADE DO JULGAMENTO POR AUSÊNCIA DE QUESITAÇÃO DAS TESES DE DEFESA

O apelante alega que as teses sustentadas pela defesa em plenário não foram objeto de quesitação aos jurados.

Assim como a primeira preliminar, esta deve ser rejeitada em virtude da ocorrência da preclusão.

A teor do disposto no art. 571, inciso VIII, do Código de Processo Penal, as nulidades sucedidas em plenário devem ser arguidas logo depois de ocorrerem, durante a sessão de julgamento.

Como se vê às fl. 497, a defesa não se insurgiu no momento oportuno contra os quesitos formulados aos jurados, de modo que se operou a preclusão.

Corroborando este entendimento, colaciono o seguinte aresto do Superior Tribunal de Justiça:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

**PROCESSUAL PENAL. JÚRI. QUESITOS. NULIDADE. ALEGAÇÃO
TARDIA. PRECLUSÃO. OCORRÊNCIA.**

**1. As eventuais nulidades quanto à quesitação do Júri devem
ser alegadas no momento próprio, ou seja, logo depois de
ocorrerem, sob pena de preclusão. Precedentes do Superior
Tribunal de Justiça (HC 149391/MG, Rel. MARIA TEREZA DE
ASSIS MOURA, 25/05/2010).**

Sendo assim, voto pela rejeição da preliminar arguida.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

MÉRITO

Em síntese, alega o apelante que o veredicto é manifestamente contrário à prova dos autos, uma vez que restou comprovado que agiu em legítima defesa da vítima Jackson, seu amigo, atingindo-o por erro na execução. Aduz também, como tese subsidiária, que não agiu com dolo, e sim com culpa consciente, de modo que a condenação por homicídio doloso afronta os elementos dos autos.

Entendo que não assiste razão ao apelante.

É cediço que no recurso interposto contra decisão proferida pelo Tribunal do Júri cabe ao órgão recursal tão somente, em respeito ao princípio constitucional da soberania dos veredictos, verificar se a tese acolhida pelo Conselho de Sentença encontra suporte nas provas dos autos.

No caso em análise, o corpo de jurados acolheu a tese da acusação, condenando o apelante pelo homicídio duplamente qualificado da vítima Jackson, e pela tentativa de homicídio simples das vítimas Henrique e Etanilton, estando a decisão amparada no conjunto probatório. Senão vejamos.

O laudo da perícia tanatoscópica de fl. 130 atestou que Jackson foi atingido por um **"firo enconstado na região parietal direita"**, ou seja, o disparo foi efetuado com a arma junto à cabeça da vítima. Esta circunstância não se coaduna com as teses da defesa de erro na execução e de culpa consciente.

A testemunha Josevânia da Soledade dos Santos, que presenciou os crimes, declarou em Juízo o seguinte: **"que foi naquele momento da queda que o Ednei ali chegou armado, efetuou disparo de arma de fogo para o alto, não sabendo precisar se um ou dois; que ela depoente e sua genitora estavam bem próximo, ao lado de Ednei; que ela depoente e sua genitora conhecem o Ednei por Ed; que ela depoente e sua genitora alertaram o Ednei que era o seu tio Mano que estava sendo agredido; que foi naquele momento que o Ednei descarregou a arma; que foram muitos disparos; que as vítimas**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

não tiveram chance de defesa, pois não esperavam aqueles disparos; que Ednei estava sozinho; que ela depoente se posicionava ao lado de Ednei e viu o mesmo efetuando os disparos na vítima; (...) que ninguém tomou a arma do acusado; que o acusado, após efetuar os disparos, ainda mandou ela depoente sair da frente (...); que ninguém tomou a arma do acusado e este não a entregou para qualquer outra pessoa; que todas as pessoas que estavam caídas ao solo saíram feridas: seu tio (vítima fatal), seu irmão Etanilton e uma outra pessoa que não conhece; (...) que Ednei chegou a apontar a arma para ela depoente em sinal intimidativo, dizendo: 'você não viu nada'". (fls. 400/401).

Por sua vez, Maria Betânia da Soledade de Souza, que também presenciou os fatos, declarou o seguinte em Juízo: *"que presenciou o fato narrado na denúncia; que o local era iluminado; (...) que ao se deparar com o acusado Ednei, ela depoente disse para o mesmo que era Mano, seu irmão, que estava sendo agredido; que o acusado Ednei disse a ela depoente que ia acabar com aquela confusão naquele momento, e em seguida efetuou disparos para o alto; que ela depoente ainda disse ao acusado para não matar o Mano; que ela depoente pensava que o Ednei ia salvar o Mano que estava sendo agredido; que o Ednei deu dois ou três tiros para o alto; que quando houve os tiros para o alto, as pessoas que brigavam com a vítima se separaram; que ela depoente, quando viu o Ednei baixar a mão, o alertou: 'você vai matar Mano', alertando-o repetidamente; que acredita que o Ednei chegou a dar dois a três tiros para o alto, e uns quatro tiros em direção às vítimas; que ela depoente viu o Ednei atirando - só ele estava armado no local; que o Ednei estava sozinho; que ninguém tomou a arma de Ednei; que o Ednei deixou o local da ocorrência com a arma; que o acusado Ednei ainda apontou a arma para filha dela depoente quando deixava o local, mandando-a sair da frente; (...) que o acusado, quando efetuou os disparos contra as vítimas, colocou em risco outras pessoas de serem atingidas no local; que aquelas vítimas não tiveram chances de defesa; (...) que ela*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

depoente foi alertada por vizinho para não declinar o nome do acusado e dizer que nada viu; (...) que o Ednei, quando baixou a arma, direcionou a mesma para as vítimas, em direção às três pessoas que estavam ali caídas" (fls. 401/403).

As testemunhas arroladas pela defesa não presenciaram os fatos narrados na denúncia (fls. 451/453).

Como se vê, a decisão do Conselho de Sentença encontra respaldo nas provas dos autos, não havendo que se falar em anulação do julgamento, devendo ser mantido o veredicto popular.

Neste sentido, trago à colação o seguinte julgado deste Egrégio Tribunal de Justiça:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. ANULAÇÃO DO JULGAMENTO. DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. APELO IMPROVIDO.

I-Não enseja nulidade e, conseqüentemente, novo julgamento, a decisão do Conselho de Sentença que, acolhendo a tese da acusação, condena o apelante em harmonia com o conjunto probatório emanado dos autos.

II-Apeleção a que se nega provimento. Decisão unânime (AP. 0127720-26.2005.8.17.0001, Rel. Alderita Ramos de Oliveira, 20/09/2011).

Quanto ao pedido subsidiário de redução da pena imposta, assiste razão em parte ao apelante.

A defesa requer a diminuição da reprimenda, sob o argumento de que a juíza *a quo*, por ocasião da dosimetria da pena do crime de homicídio, considerou três qualificadoras, quando, na verdade, apenas duas foram reconhecidas pelos jurados.

Tal alegação não merece ser acolhida.

De fato, a magistrada, na dosimetria da pena, se referiu à "forma triplamente qualificada".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Todavia, conforme consignado no dispositivo da sentença, o apelante foi condenado por homicídio duplamente qualificado (art. 121, § 2º, **incisos III e IV**, do CP), tal como decidiu o corpo de jurados.

Ademais, considerando que a pena cominada ao delito é de 12 (doze) a 30 (trinta) anos de reclusão, e a pena-base foi fixada em 16 (dezesseis) anos de reclusão, portanto, bem mais próxima do mínimo que do máximo legal, fica evidente que foram consideradas duas qualificadoras, e não três, de modo que a menção à "forma triplamente qualificada" foi um mero erro de digitação.

Assim, não havendo reparo a ser feito, mantenho a pena definitiva de 15 (quinze) anos de reclusão aplicada ao crime de homicídio duplamente qualificado.

A defesa também pugna pela diminuição da reprimenda aduzindo que a magistrada, quando da fixação da pena para as duas tentativas de homicídio simples, considerou, equivocadamente, a pena cominada para o crime de homicídio qualificado, a saber, 12 (doze) a 30 (trinta) anos de reclusão.

Neste ponto, assiste razão à defesa.

De fato, a juíza sentenciante, por ocasião da fixação da pena-base para as duas tentativas de homicídio simples, se norteou pela pena abstrata do delito de homicídio qualificado, estabelecendo a pena-base em 13 (treze) anos de reclusão para cada uma das tentativas.

Assim, impõe-se o redimensionamento da pena.

Considerando que a pena cominada ao crime de homicídio simples (art. 121, *caput*, do CP) é de 06 (seis) a 20 (vinte) anos de reclusão, e que a magistrada, após a análise das circunstâncias judiciais, estabeleceu a pena-base em um ano acima do mínimo legal, fixo a pena-base em **07 (sete) anos de reclusão**, para cada uma das tentativas.

Mantendo-se a redução de 01 (um) ano em virtude da atenuante prevista no art. 65, III, 'd', do CP, fica a pena em 06 (seis) anos de reclusão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Mantendo-se também a fração redutora de 1/3 (um terço) decorrente da tentativa, fica a pena definitiva em 04 (quatro) anos de reclusão para cada um dos homicídios simples tentados, perfazendo, assim, 08 (oito) anos de reclusão.

Aplicando-se cumulativamente as penas, em razão do concurso material de crimes, tem-se a pena total de 23 (vinte e três) anos de reclusão.

Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial, dou provimento parcial ao apelo, apenas para redimensionar a pena total imposta ao apelante EDNEI SIÃO SOARES de 31 (trinta e um) anos de reclusão para 23 (vinte e três) anos de reclusão, mantendo-se os demais termos da sentença condenatória.

É como voto.

Recife, 18 de fevereiro de 2014.

JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0002448-86.2010.8.17.0990 (0308708-9)

APELANTE: EDNEI SIÃO SOARES

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR CONV: JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA

REVISOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO DE REVISÃO

Srs. Desembargadores,

Sr. (a) Procurador(a).

Trata-se de apelação interposta por Ednei Sião Soares em face da decisão oriunda do Tribunal do Júri que o condenou a 15 (quinze) anos de reclusão pelo delito previsto no art. 121, §2º, incisos III e IV, do Código Penal e a 16 (dezesesseis) anos de reclusão pela prática do crime tipificado no art. 121, *caput*, c/c o art. 14, inciso II, por duas vezes, ambos do Código Penal, totalizando a pena de 31 (trinta e um) anos de reclusão.

A denúncia, baseada no Inquérito Policial, afirma que por volta das 19:30h do dia 06.02.2010, na Rua das Tulipas, II Etapa de Rio Doce, Olinda- PE, o acusado Ednei Sião, no uso de arma de fogo, pistola .40, efetuou diversos dispar contra a pessoa de Jackson Ramos da Soledade, mais conhecido como "mano", atingindo-lhe a região parietal direito, cujo orifício de entrada se caracterizou como tiro encostado, o que resultou na morte por traumatismo craniano conforme consta na Perícia tanatoscópica de fls. 117.

Consta dos autos que os tiros também fizeram mais duas vítimas não-fatais: Henrique Santos de Oliveira e Etanilton da Soledade de Souza.



597

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

O juiz, na sentença (fls. 490/494), baseando-se na decisão proferida em plenário, condenou o réu nas penas já declinadas.

Inconformado, o condenado interpôs apelação (razões fls. 503/519), pugnando preliminarmente erro na decisão de pronúncia, já que o apelante deveria ter sido pronunciado por lesão corporal e não tentativa de homicídio. Sustentando também nulidade do julgamento por ausência de quesitação das teses da defesa, que alegou *aberratio ictus* na legítima defesa e desclassificação para crime culposos. No mérito, alega que a decisão do júri foi contrária à prova dos autos. Por fim, pugna correção da dosimetria da pena no tocante à pena do homicídio simples e aduz que o réu foi condenado por homicídio duplamente qualificado tendo a sentença considerado o homicídio com três qualificadoras.

Em sede de contrarrazões (fls. 522/525), o Órgão Ministerial pugna pela rejeição das preliminares e pela manutenção da sentença atacada no mérito, por ser a decisão do júri, respaldada pela prova constante dos autos.

A Douta Procuradora de Justiça, mediante parecer (fls. 537/543), opina pela rejeição da preliminar e no mérito, pelo provimento parcial do recurso, apenas para modificar a sentença quanto à fixação das penas-bases dos delitos praticados contra as vítimas Henrique e Etanilton.

PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO DE PRONÚNCIA

In casu, verifico que o recorrente busca o reconhecimento de uma suposta nulidade do processo alegando que embora réu tenha sido denunciado pelo cometimento de um homicídio e duas lesões corporais, por erro de execução, foi pronunciado por três homicídios, um qualificado e dois simples.

As alegações do apelante não merecem acolhida. Como se sabe as insurgências a cerca da decisão de pronúncia devem ser alegadas através de recurso



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

cabível, que no caso em tela seria o Recuso em Sentido Estrito, sob pena de se operar a preclusão. Não pode, neste momento processual, vir alegar nulidades. O Superior Tribunal de Justiça tem pacífico entendimento sobre o tema:

HABEAS CORPUS PREVENTIVO. HOMICÍDIO SIMPLES TENTADO. DECISÃO DE PRONÚNCIA PROFERIDA EM 19.02.2003. ALEGAÇÃO DE NULIDADE ÀS VÉSPERAS DO JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI (01.09.2009). QUESTÃO NÃO SUSCITADA ANTERIORMENTE POR MEIO DO RECURSO APROPRIADO. PRECLUSÃO. PRECEDENTES DO STJ E STF. (...)

1. Eventuais vícios da decisão de pronúncia devem ser arguidos no momento oportuno e por meio de recurso próprio, com a demonstração do prejuízo sofrido pela parte. Precedentes do STJ e STF. (...)

(STJ - HC: 145376 SE 2009/0163810-7, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 18/02/2010, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 29/03/2010)

Como visto, o sistema de nulidades do Código de Processo Penal prevê que as irregularidades ocorridas após no julgamento em plenário deverão ser alegadas na própria sessão, logo após de ocorrerem, nos termos do art. 571 do CPP:

Art. 571 - As nulidades deverão ser argüidas

VIII - as do julgamento em plenário, em audiência ou em sessão do tribunal, logo depois de ocorrerem.

Assim, tendo em vista a omissão do defensor no tocante ao prazo para manifestação e arguição da nulidade, tem-se por preclusa a matéria, descabendo a decretação da nulidade alegada.

Isto posto, voto pela rejeição da preliminar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

PRELIMINAR DE NULIDADE POR AUSENCIA DE QUESITAÇÃO DAS
TESES DA DEFESA

Ainda em sede de preliminar, o apelante requer a anulação do julgamento ao argumentando que as teses sustentadas em plenário pela defesa, não estavam expostas nos questionário levado ao corpo de jurados.

Embora na apelação conste que a defesa quando em plenário "discordou da magistrada e da Representante do MP" sobre a ausência das teses de defesa na quesitação, não há qualquer registro em ata quanto a esta insurgência.

Lê-se da referida ata de julgamento (fls. 97):

"Após a leitura e explicação dos quesitos, não havendo insurgência das partes em relação aos mesmos, determinado que os Senhores jurados se recolhessem à sala secreta para proceder ao julgamento."

O artigo 571 do CPP assim prevê o momento processual para a arguição das nulidades do júri:

Art. 571 - As nulidades deverão ser argüidas:

VIII - **as do julgamento em plenário, em audiência ou em sessão do tribunal, logo depois de ocorrerem.**

Assim, não havendo insurgência registrada na ata de audiência, não pode esta matéria ser analisada por este Egrégio Tribunal de Justiça, haja vista a ocorrência da preclusão.

Ante o exposto, voto pela rejeição da preliminar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

MÉRITO

Da análise dos autos, tem-se que a materialidade e a autoria delitiva restaram inequívocas diante da perícia tanatoscópica de fls. 130, além da vasta prova testemunhal.

Pois bem. Inicialmente, é imperioso lembrar que, por se tratar de crime doloso contra a vida, o julgamento do presente processo coube ao Tribunal Popular do Júri, segundo determinação constitucional, sendo regido, portanto, pelo *princípio da soberania dos veredictos*, o que, em regra, impede a intervenção do juiz togado no mérito de suas decisões, cabendo a este, tão-somente, a fixação da pena de acordo com os critérios decididos pelos jurados.

Neste contexto, o tribunal só pode interferir, determinando que haja um novo júri, nos casos em que restar demonstrado ser a decisão do Tribunal Popular totalmente arbitrária, ou seja, manifestamente contrária às provas apuradas durante a instrução criminal. A intervenção do Tribunal *ad quem* é, portanto, excepcional, segundo as normas do ordenamento jurídico nacional, pois, em regra, deve prevalecer a soberania dos julgados do júri.

In casu, os jurados acolheram a tese apresentada pela acusação, culminando com a condenação do apelante pela prática de homicídio qualificado, com relação à vítima fatal e tentativa de homicídio simples com relação às outras duas vítimas, rechaçando a tese de *aberratio ictus* em legítima defesa sustentada pelo patrono do apelante.

A tese de *aberratio ictus* em legítima defesa, ou de crime culposo, baseada unicamente pelo depoimento do réu em sede policial e no seu interrogatório, não encontra lastro probatório nos autos, pois segundo o laudo traumatológico, o disparo de arma de fogo que fez vítima fatal Jackson, foi feito de forma encostada "na região parietal direita", ou seja, o acusado tocou a arma na cabeça do acusado desferindo-lhe o disparo mortal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Apesar das teses da defesa, o corpo de jurados optou pela tese da acusação, em decisão que se lastreia nas provas dos autos. Vejamos:

A vítima e testemunha dos disparos, Etanilton, à fls. 398, dos autos afirmou:

"que ele depoente viu o acusado chegando no local e efetuar dois disparos para o alto; Que a mãe dele depoente gritava, chamando a atenção do acusado, da seguinte forma: "Ed, é mano, é mano!"; Que ele depoente viu, em seguida, a vítima sangrando; Que ele depoente não sabe precisar quantos disparos foram efetuados; (...) Que ele depoente foi alvejado no braço esquerdo e na cabeça; Que foi alvejado por dois disparos; (...) Que o acusado Ednei Sião foi quem efetuou os disparos contra ele depoente e as demais vítimas; (...)

Josevânia, também testemunha dos acontecimentos às fls. 399/401, declarou:

"Que a vítima Jacson foi ao chão justamente com aquele que o agrediu com a gravatada e com seu irmão Etanilton; Que naquele momento havia muita gente no local; Que foi no momento da queda que o Ednei ali chegou armado, efetuou disparo de arma de fogo para o alto, não sabendo precisar se um ou dois; que ela depoente e sua genitora estavam bem próximo, ao lado de Ednei; Que ela depoente e sua genitora conhecem o Ednei por Ed; Que ela depoente e sua genitora alertaram o Ednei que era seu tio Mano que estava sendo agredido; Que foi naquele momento que o Ednei baixou a mão e efetuou disparos para baixo; (...) que o acusado, após efetuar os disparos, ainda mandou ela depoente sair da frente, e saiu em direção à casa da mãe dele que fica ali próximo; (...) que todas as pessoas que estavam caída ao solo saíram feridas: sue tio (vítima fatal), seu irmão Etanilton e uma outra pessoa que não conhece; (...); Que Ednei chegou a apontar a arma para ela depoente em sinal intimidativo, dizendo: "você não viu nada" (...)"

O depoimento da testemunha Maria Betânia às fls. 401/402, é no mesmo sentido das demais:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

"Que mais outras pessoas, cerca de três, levavam a vítima arrastada; (...) Que ela depoente acompanhava a vítima, enquanto esta estava sendo arrastada; Que ao se deparar com o acusado Ednei, ela depoente disse para o mesmo que era Mano, seu irmão, que estava sendo agredido; Que o acusado Ednei disse a ela depoente que ia acabar com aquela confusão naquele momento, e em seguida efetuou disparos para o alto; Que ela depoente ainda disse ao acusado para não matar Mano; Que ela depoente pensava que o Ednei ia salvar o Mano que estava sendo agredido; Que deu dois ou três tiros para o alto; Que quando houve os tiros para o alto, as pessoas que brigavam com a vítima se separaram; Que ela depoente viu o Ednei baixar a mão, o alertou: "você vai matar Mano", alertando-o repetidamente; Que acredita que o Ednei chegou a dar dois a três tiros para o alto, e uns quatro tiros em direção às vítimas;"

Pela análise dos autos, verifica-se que apesar de alertado sobre o risco de matar a vítima, o acusado ignorou o alerta e assumiu o risco, verificando-se o dolo eventual e não o *aberratio ictus* em legítima defesa ou culpa inconsciente do acusado.

O STJ já manifestou entendimento no sentido de que não é manifestamente contrária às provas dos autos, a decisão que optou por uma das versões trazidas no processo, como mostra o seguinte julgado:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL E PENAL. HOMICÍDIO. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. PREQUESTIONAMENTO. NULIDADE. SUSPEIÇÃO. INEXISTÊNCIA. ALTERAÇÃO NA LEITURA DO LIBELO. ACUSAÇÃO. MERA IRREGULARIDADE. CONDENAÇÃO. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. NÃO-OCORRÊNCIA.

(...)

Não se caracteriza como manifestamente contrária à prova dos autos a decisão que, optando por uma das versões trazidas no processo, encontra-se fundamentada pelo contexto probatório existente nos autos.

Recurso parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido. (REsp 626.206/SC, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJU 17.12.2007).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Não há motivos, portanto, que justifiquem a anulação do julgamento proferido pelo Tribunal Popular visto que há subsídios probatórios suficientes que embasam sua decisão, tendo o júri se convencido da materialidade e da autoria.

Assim, considerando que a decisão dos Jurados se encontra de acordo com as provas carreadas aos autos, a mesma deve ser mantida.

A apelação da defesa também se insurge contra a dosimetria da pena. Aduz que a magistrada *a quo* considerou o homicídio praticado contra a vítima fatal como triplamente qualificado, quando o corpo de jurados reconheceu apenas duas qualificadoras.

Embora tenha a magistrada registrado na sentença o homicídio na "forma triplamente qualificada", observo que se trata de mero erro de digitação, uma vez que consta no dispositivo da sentença a forma correta: homicídio duplamente qualificado (art. 121, §2º, incisos II e IV do CP), exatamente como decidido pelo tribunal popular.

Analisando a pena aplicada, tenho que não há modificações a serem feitas na quantidade da pena, tendo em vista que foi fixada em 16 (dezesesseis anos), bem próximo ao mínimo, o que demonstra ter a juíza de piso aplicado a pena-base considerando apenas duas qualificadoras e não três.

Com a atenuante da confissão, a sua penitência foi diminuída em um ao, ficando apenas em 15 (quinze) anos de reclusão, que não merece alteração.

O apelante também se insurge contra a quantidade da pena com relação às duas tentativas de homicídio. Alega o patrono do réu que a pena-base cominada ao réu de pelos homicídios simples, foi fixada em patamar muito alto, em 13 anos por duas vezes, uma para cada tentativa.

De fato, a pena foi fixada em patamar alto, e não condizente com a avaliação da circunstâncias judiciais.



604

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Ao que parece, a juíza de primeiro grau tomou como parâmetro a pena em abstrato para o crime de homicídio qualificado. Assim, tendo em vista que a pena base foi elevada em apenas um ano acima do mínimo (13), e baseado na pena para homicídio simples que vai de 06 a 20 anos, **fixo a pena base para os dois homicídios simples, em 07 (sete) anos para cada crime.**

Mantenho a redução de 01 (um) ano em face da atenuante da confissão, com provisão legal no art. 65, III, 'd', do CP, resultando a pena em 06 (seis) anos de reclusão para cada uma das tentativas.

Igualmente mantenho a redução em 1/3 (um terço) em razão da tentativa, alcançando definitivamente a reprimenda 04 (quatro) anos de reclusão, para cada um dos homicídios, totalizando 08 (oito) anos de reclusão.

Somando-se todas as penas aplicadas, o apelante terá que cumprir 23 (vinte e três) anos de reclusão.

Por todo o exposto, meu voto é no sentido de **dar parcial provimento ao recurso de apelação** interposto pelo réu, redimensionando a pena inicialmente fixada 31 (trinta e um) anos de reclusão, para cumprir 23 (vinte e três) anos de reclusão, mantendo-se a sentença atacada nos seus demais termos.

É COMO VOTO.



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002448-86.2010.8.17.0990 (0308708-9)

COMARCA: OLINDA (VARA PRIVATIVA DO JÚRI)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: EDNEI SIÃO SOARES

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARILEA DE SOUZA CORREIA ANDRADE

RELATOR: JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA

PROLATOR DO VOTO DE VISTA: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

VOTO DE VISTA

Sr. Des. Presidente

Sr. Desembargador

Sr. Procurador de Justiça

Em sessão realizada no dia 18 de fevereiro de 2014, o presente recurso de apelação foi posto em julgamento, ocasião em a Turma rejeitou, de forma indiscrepante, as prefaciais de nulidade da sentença de pronúncia e de nulidade do julgamento por ausência de quesitação das teses defensivas. No mérito, tanto o insigne

608

Relator, Juiz de Direito José Anchieta Félix da Silva, como o Revisor, Des. Marco Antônio Cabral Maggi proferiram voto no sentido de acolher parcialmente o recurso de apelação apenas para redimensionar a pena imposta ao recorrente para 23 (vinte e três) anos de reclusão.

Apesar da convergência observada nos pronunciamentos dos insígnies pares, pedi vista dos autos para uma maior avaliação da matéria, de modo a firmar melhor minha convicção.

Feito já relatado e discutido. Preliminares já examinadas e vencidas. Passo a me pronunciar sobre o mérito recursal.

O fundamento da presente insurgência apelativa está assentado na alegação de que a decisão do Corpo de Jurados foi proferida em manifesta dissonância em relação ao acervo probatório.

Como é cediço, o art. 593, inciso III, alínea "d", do Código de Processo Penal, autoriza apelação contra decisão proferida pelos Jurados no Tribunal do Júri, quando o *verdictum* mostrar-se manifestamente contrário à prova dos autos.

Desta forma, a anulação do julgamento pelo Conselho de Sentença somente é possível quando a decisão proferida pelo Corpo de Jurados encontrar-se integralmente desgarrada de todos os elementos probatórios constante dos autos. A *contrario sensu*, havendo provas que amparem a decisão dos Jurados não há que se falar em anulação do julgamento, desimportando o fato de existir número maior de elementos apoiando eventuais teses rejeitadas pelo Júri.

Na situação dos autos, como bem destacou o ilustrado Desembargador Relator, a defesa arguiu em prol do réu a tese de legítima defesa de terceiros, sob o argumento de que o acusado, ao efetuar os disparos de arma de fogo narrados nos autos, teria agido para defender a vítima Jackson Ramos da Soledade, conhecido por "Mano", efetuando disparos de arma de fogo visando os indivíduos que estavam

609

agredindo o ofendido, tendo errado o alvo pretendido, vindo então a atingir "Mano" por erro de execução.

Em seu interrogatório judicial o apelante declarou que conhecia a vítima Jackson Ramos da Soledade, o qual era seu amigo particular; que, no dia dos fatos, não atirou na vítima fatal "Mano" com a intenção de matá-la; que efetuou dois disparos para o alto com a intenção de afugentar as pessoas que estavam brigando; que, quando ainda estava com a arma na mão, chegaram a irmã e a sobrinha de Jackson sem saber o que estava acontecendo e se agarraram com ele declarante; que foi nesta hora que ocorreram os outros disparos; que não tinha a intenção de atingir "Mano" e nem as outras pessoas que ali estavam; que tudo aconteceu acidentalmente; que ele foi chamado por "Mano" para retirar o veículo dele declarante da frente da casa da genitora da vítima fatal, onde algumas pessoas estavam dançando de forma obscena. (fls. 456/457).

Esta não é, contudo, a única versão que se extrai do acervo probatório.

A testemunha Etanilton da Soledade, sobrinho da vítima fatal, afirmou em juízo que o apelante sempre demonstrou ser uma pessoa agressiva; que Ednei tem envolvimento em outros homicídios; que estava no local da ocorrência no dia e hora do fato delituoso; que uma caminhonete chegou ao local e um rapaz começou a dançar de forma obscena; que Jackson foi falar com o dançarino, ocasião em que começou uma luta corporal; que o acusado efetuou dois disparos para o alto; que ele depoente foi alvejado por dois disparos efetuados pelo réu; que havia muita gente no local; que o acusado não teve a arma roubada; que não houve oportunidade de defesa quando da prática dos tiros; que no local só viu o acusado armado (fls. 397/399).

Josevânia da Soledade dos Santos, sobrinha da vítima, declarou no curso da instrução processual que estava presente no dia, horário e local onde se deram os fatos delituosos descritos nos autos; que ela depoente e sua genitora estavam bem próximas, ao lado de Ednei; que Ednei chegou armado e, vendo a briga, efetuou disparo de arma de fogo para o alto; que alertaram Ednei que era o seu tio Mano que estava

sendo agredido; que, naquele momento, Ednei baixou a mão e efetuou disparos para baixo, descarregando a sua arma; que foram muitos disparos; que as vítimas não tiveram chance de defesa; que todas as pessoas que estavam caídas ao solo saíram feridas: seu tio (vítima fatal), seu irmão Etanilton e outra pessoa que não conhece; que Jackson não pediu ajuda à Ednei para interceder junto ao casal que dançava de forma abusiva; que Ednei chegou a apontar a arma para ela declarante de forma intimidadora dizendo "você não viu nada" (fls. 399/401).

Maria Betânia da Soledade Souza, também testemunha, declarou em juízo que estava presente na hora em que se deram os fatos narrados na denúncia; que, ao ver a confusão, Ednei deu dois ou três tiros para o alto; que após os disparos as pessoas que brigavam com a vítima se separaram; que, ao ver Ednei baixar a mão, a depoente o alertou que ele réu iria matar Mano; que acredita que Ednei efetuou quatro disparos em direção às vítimas; que Ednei ainda apontou a arma para a filha dela depoente, quando deixava o local (fls. 401/403).

Ely José de Souza declarou que viu a luta corporal envolvendo Jackson, Etanilton e uma terceira pessoa; que só Ednei efetuou disparos de arma de fogo; que não sabe informar por que Ednei matou Jackson; que as vítimas alvejadas não tiveram condição de defesa, pois não esperavam a agressão; que o local onde se deu o fato tinha boa iluminação, apesar de ser precária; que Ednei atirou deliberadamente; que a irmã de Mano, quando segurou Ednei, este apontava a arma para o chão em direção às vítimas (fls. 405/406).

No caso dos autos, os Jurados, ao responderem aos quesitos, acolheram uma das teses presentes no processo, qual seja, a da acusação, que demonstrou suficientemente que o réu praticou os crimes de homicídio duplamente qualificado e lesão corporal que lhe foram imputados.

Esguardando o acervo probatório constante dos autos, verifica-se que há evidente suporte para a versão de que o apelante, no dia, local e horário descritos na denúncia, efetuou disparos de arma de fogo contra a vítima Jackson Ramos da

611

Soledade, ocasionando a sua morte, conforme Perícia Tanatoscópica constante dos autos, com as qualificadoras inscritas no art. 121, § 2º, incisos III e IV, do Código Penal, bem como efetuou disparos de arma de fogo contra as vítimas Henrique Santos de Oliveira e Etanilton da Soledade Souza, com *animus necandi*, não chegando a consumir os homicídios por circunstâncias alheias a sua vontade.

Apreende-se, assim que foram duas as vertentes narratórias quanto aos fatos ao longo dos autos, o que legitimou o resultado advindo da apreciação do Tribunal do Júri, no momento em que se ateve a uma delas e, no caso, convalidou o teor acusatório, à luz de seu convencimento próprio.

Ademais, por força de todos os depoimentos, constata-se que há efetivo arrimo para o entendimento albergado pelo egrégio Conselho de Sentença, já que a versão do ora recorrente não era a única linha narrativa quanto aos fatos.

Não há, pois, como se cogitar de decisão manifestamente contrária à prova dos autos quanto ao caso em tela.

Neste aspecto cabe lição da doutrina:

Não cabe anulação quando os jurados optam por uma das correntes de interpretação da prova possíveis de surgir. Exemplo disso seria a anulação do julgamento porque o Conselho de Sentença considerou fútil o ciúme, motivo do crime. Ora, se existe prova de que o delito foi, realmente, praticado por tal motivo, escolheram os jurados essa qualificadora, por entenderem adequada ao caso concreto. Não é decisão manifestamente contrária à prova, mas situa-se no campo da interpretação da prova, o que é bem diferente. Consideramos que a cautela, na anulação das decisões do júri, deve ser redobrada, para não transformar o tribunal togado na real instância de julgamento dos crimes dolosos contra a vida.¹

Ainda neste sentido:

¹ NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal comentado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, pag. 1026.

Ementa: JÚRI. DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INEXISTENTE. ÍNTIMA CONVICÇÃO DOS JURADOS. CONDENAÇÃO MANTIDA. PENA. PUNIÇÃO APLICADA DE FORMA ADEQUADA. CONFIRMADA. I - Como é do conhecimento geral, os jurados julgam por íntima convicção, podendo, desta forma, utilizar quaisquer provas contidas nos autos, esteja ela na fase inquisitorial ou judicial. Mesmo aquelas que não sejam as mais verossímeis. O Júri é livre na escolha da solução que lhe pareça justa, ainda que não seja a melhor sob a ótica técnico-jurídica. Só se pode falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos, quando o conjunto probatório não trazer nenhum elemento a embasar a tese aceita no julgamento, sendo ela aberrante e divorciada daquele (conjunto probatório). A situação citada acima está amparada pela Constituição Federal em seu artigo 5º, XXXVIII, letra c, e não pode a Câmara usurpar desta competência, anulando soberana decisão do Conselho de Sentença, quando não tiver amparada na hipótese referida. Não é o caso dos autos, motivo pelo qual é mantida a decisão condenatória. II - (...) DECISÃO: Apelos defensivos e ministerial desprovidos. Unânime. (Apelação Crime Nº 70058171448, Primeira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sylvio Baptista Neto, Julgado em 26/02/2014)

“Os jurados julgam de acordo com sua convicção, não necessitando fundamentar suas decisões. Em consequência, é impossível identificar quais elementos foram considerados pelo Conselho de Sentença para condenar ou absolver o acusado, o que torna inviável analisar se o veredicto baseou-se exclusivamente em elementos coletados durante a investigação criminal ou nas provas produzidas em juízo. O art. 593, inciso III, alínea d, do Código de Processo Penal deve ser interpretado como regra excepcional, cabível somente quando não houver, ao senso comum, material probatório suficiente para sustentar a decisão dos jurados. De efeito, em casos de decisões destituídas de qualquer apoio na prova produzida em juízo, permite o legislador um segundo julgamento. Prevalecerá, contudo, a decisão popular, para que fique

613

inteiramente preservada a soberania dos veredictos, quando amparada em uma das versões resultantes do conjunto probatório..." (HC 173965, Quinta Turma, Relator Marco Aurélio Bellizze...).

Em vista dos fundamentos aqui alinhados, senhores Desembargadores, senhor Procurador de Justiça, acompanhando os entendimentos esposados pelos ilustres membros deste órgão fracionário, voto pelo provimento parcial do recurso de apelação interposto por EDNEI SIÃO SOARES, unicamente para redimensionar a reprimenda a ele imposta para 23 (vinte e três) anos de reclusão, mantendo incólume a decisão soberana do Tribunal Popular da Comarca de Olinda.

É COMO VOTO.

Recife, 13 de maio de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima

Prolator do voto de vista



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

QUARTA CÂMARA CRIMINAL – 18/02/2014

APELAÇÃO Nº 308708-9 - OLINDA

APELANTE: EDNEI SIÃO SOARES

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA

REVISOR: DESEMBARGADOR MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO: FLS. 546/547 DOS AUTOS.

DOUTOR JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA JÚNIOR (ADVOGADO OAB/PE 15.501)

Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator José Anchieta,
Excelentíssimo Senhor Desembargador Revisor Marco Antônio Cabral Maggi,
Excelentíssimo Senhor Desembargador Gustavo Augusto Rodrigues de Lima,

A Defesa articulou inicialmente duas preliminares em suas razões. A nosso ver, inclusive, insuperáveis.

A primeira preliminar, Excelência, versa sobre uma nulidade absoluta da pronúncia, que é perceptível, inclusive, na própria denúncia oferecida perante o Tribunal do Júri daquela Comarca.

É que: o acusado aqui presente, o apelante, não conhecia as duas vítimas do processo chamadas Henrique e Etanilton. Só conhecia e era amigo de uma terceira vítima chamada Jackson, esta fatal.

O Jackson, por sua vez, também não conhecia as duas demais vítimas. Jackson era vítima de agressão física, lutava pela sua vida, praticada por esses estranhos, em concurso com mais outros, em torno de cinco a seis.

Durante o Carnaval, esses estranhos resolveram dançar obscenamente na frente da residência de Jackson, perante a sua vó, a sua mãe, a sua irmã, a sua filha. E, por conta disso, Jackson admoestou aquelas pessoas e recebeu, em troca, uma agressão gratuita, praticada por cerca de cinco a seis pessoas, que foram identificadas nos autos, são as outras vítimas, duas delas, foram identificadas nos autos – ex-presidiários.

O acusado deste processo, o Ednei, Soldado da Polícia Militar, inclusive servindo no GATE, foi chamado para intervir no caso, para retirar o Jackson daquela situação de agressão contra a sua vida. Não conhecia os outros dois agressores, que restaram feridos.

E a denúncia, e aí é onde está a propriedade da denúncia. A denúncia oferecida relata que, (a Defesa discorda quanto à intenção), mas ela relata que:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

O acusado Ednei, ora apelante, teria agido para matar (isso é a denúncia!) o Jackson. E, num erro de execução, num *aberratio ictus*, também feriu Henrique e Etanilton.

Isso é o termo da denúncia. No *aberratio ictus*, se fosse de homicídio contra Jackson, conforme proposto na denúncia, porque não havia vínculo nenhum entre o acusado e os agressores de Jackson. E também não há dúvida de que Jackson estava sendo agredido.

A solução proposta pelo Ministério Público do *aberratio ictus* seria de um homicídio e duas lesões corporais que, a teor do art. 73 do Código Penal, teriam que ser enquadradas obrigatoriamente como lesão corporal culposa.

Esse foi o teor da denúncia. Contra isso, contra essa articulação, foi que a Defesa trabalhou e atuou dentro do processo, inesperadamente, sem nenhum tipo de fundamentação. Não há nenhum tipo de fundamentação!

A nobre Juíza de Olinda transformou o pedido inicial do Ministério Público de homicídio e dois *aberratio ictus*, em lesão corporal, em face do erro. O disparo bateu no Henrique transfixou e pegou no Etanilton. E, segundo a denúncia, esse disparo que bateu no Henrique e pegou no Etanilton, teria sido deflagrado contra o Jackson.

A solução que a Juíza pronunciante entendeu foi de que era tudo homicídio, sendo homicídio doloso, sendo um consumado e dois tentados, desafiando a regra do art. 73, que refere que, nessas hipóteses, se não consumado – se transforma em lesão corporal culposa. Se consumado, em *aberratio ictus* - teríamos homicídio culposos.

Essa foi a tese do Ministério Público, esposada na denúncia.

Incrivelmente a pronúncia transformou esses disparos acidentais em homicídio doloso e submeteu à apreciação do Tribunal do Júri.

Isso é nulidade absoluta! A pronúncia, ela jamais poderia ter levado ao conhecimento do Tribunal do Júri o fato como fez, tratando tudo de homicídio doloso quando estávamos diante de *aberratio ictus*.

Por isso, a Defesa, em sede de preliminar, argui, por se tratar de nulidade absoluta, o Tribunal do Júri não aprecia. Não aprecia homicídio culposos ou lesão corporal culposa.

E foi questionado sobre o homicídio doloso que a Defesa, neste momento, argui a nulidade, em sede de primeira preliminar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Em segunda preliminar, a Defesa também suscitou outra nulidade absoluta, desta vez da quesitação.

A Defesa arguiu, em favor do seu cliente, o ora apelante, duas teses, consta inclusive registradas essas duas teses da Ata do Julgamento. A tese de legítima defesa, com *aberratio ictus*, como tese principal, e subsidiariamente a tese de homicídio culposo, com a chamada culpa consciente.

Tudo encontra-se registrado na Ata quais foram as teses da defesa.

Incrivelmente, Excelências, embora constasse da Ata, no momento da quesitação, a nobre Presidente do Conselho de Sentença, Presidente do Tribunal do Júri de Olinda, se omitiu em questionar as teses da Defesa, sob o argumento de que já estava sendo perguntado ao Tribunal do Júri se absolvía ou se condenava.

Nunca vi uma situação como essa! As teses expostas, registradas na Ata, a tese da Defesa não foi se absolve ou condena não! A tese da Defesa foi simples: houve legítima defesa com *aberratio ictus*? Sim ou Não.

Vamos desdobrar que a segunda tese é a tese subsidiária: se não houve legítima defesa com *aberratio ictus*, houve a chamada culpa consciente no agir do meu cliente que tinha certeza que, no momento do disparo, iria salvar o seu amigo e atingir somente aquela pessoa, não contando com aquele resultado adverso!

Duas teses de defesas – obrigatórias à quesitação.

Pois bem, vou ler o quesito que foi oferecido, para que Vossas Excelências identifiquem se aqui existem quaisquer dessas duas teses. O primeiro quesito, a Defesa salta, quesito obrigatório.

Segundo quesito: o Réu Ednei Sião Soares desferiu tiros de arma de fogo contra Etanilton da Soledade Souza, causando-lhes os ferimentos descritos na citada perícia? Sim ou não – é negativa de autoria. Ele não negou a autoria.

Terceiro quesito: o Réu Ednei Sião Soares, assim agindo, deu início à prática de um crime de homicídio que não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade, qual seja, recebeu socorro hospitalar.

Quarto quesito e último: o Jurado absolve o acusado?

Cadê as teses da defesa?! Cadê o *aberratio ictus*, em sede de legítima defesa?

Cadê a culpa consciente que a Defesa articulou em favor do seu cliente? Não foi questionado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Isso é nulidade absoluta, inclusive a matéria é sumulada pelo Supremo Tribunal Federal.

E não se diga que a Defesa não impugnou! A Defesa impugnou e consta da Ata, inclusive, quais foram as teses da defesa. E eu não consigo enxergar as teses da defesa numa quesitação desse porte!

Então, o Réu não teve o direito de que seus questionamentos fossem submetidos ao Tribunal do Júri. E essa se traduz numa nulidade absoluta, a teor da Súmula, inclusive sumulada, pela Súmula 156 do STF: *É absoluta a nulidade do julgamento pelo Júri, por falta de quesito obrigatório.*

Se a Defesa articulou e consta da Ata, as duas teses da defesa estão lá, consta da Ata, se a Defesa articulou, seria obrigatória a indagação ao Conselho de Sentença, de pelo menos uma delas! Mas nenhuma foi formulada.

A Defesa fica indignada com este tipo de cerceamento e requer, em sede de segunda preliminar, o reconhecimento da nulidade absoluta do julgamento por ausência de quesitação de suas teses ao Conselho de Sentença. Teses que, diga-se de passagem, encontram-se devidamente registradas na Ata, é só ler a Ata. Da Ata, constam as teses *aberratio ictus* em legítima defesa e culpa consciente. E não há quesito sobre isso. Eu li os quesitos.

Como mérito, para ganhar tempo, a Defesa apenas vai requerer que seja reconhecido que o acusado que era amigo da vítima agiu em legítima defesa de terceiro, ele foi chamado pelos familiares, consta dos autos. Foi chamado pelos familiares da vítima Jackson, pela irmã da vítima Jackson, para socorrer o seu irmão que já estava ao solo, sendo agredido e já desacordado por mais de cinco pessoas.

Os depoimentos são fartos nesse sentido, inclusive da própria irmã da vítima fatal.

O Ednei não tinha qualquer motivo para atentar contra a vida do seu amigo-irmão de infância. Compareceu para ajudá-lo.

Infelizmente, por uma fatalidade, errou o disparo que ele tinha certeza que não tinha como errar. Pegou no abdômen do Henrique, transfixou pegou no Etanildo – esse primeiro disparo. E o Henrique declarou, nos autos, que após esse disparo, utilizou a vítima fatal Jackson como um escudo humano.

Há depoimentos fartos nesse sentido e inclusive advindos da própria palavra da vítima Henrique, que levou o primeiro disparo.

Por fim, a Defesa sustenta duas teses que mexem com a dosimetria. A primeira é que o acusado, ora apelante, foi condenado por homicídio duplamente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

qualificado. Uma terceira qualificadora foi afastada. Mas no momento da dosimetria, a fixação da pena-base, a Magistrada, textualmente, reconhece:

Considerando o homicídio triplamente qualificado, fixo a pena-base em 16 (dezesseis) anos, (...) Para um crime que a terceira qualificadora foi afastada! E ela refere expressamente: há três qualificadoras para levar a efeito a fixação da pena-base em dezesseis anos.

A Defesa entende que – se foi fixada em dezesseis anos, com três qualificadoras e uma das qualificadoras foi afastada, evidentemente que essa dosimetria terá que ser revista.

E a outra circunstância trata das duas tentativas de homicídio constantes da sentença. As duas tentativas de homicídio tiveram pena-base fixadas em treze anos, quando o crime seria de 06 a 20 anos. Enquanto o homicídio qualificado mais grave, a pena-base foi fixada em 16 anos, nos dois homicídios simples, tentados, a pena-base foi fixada em treze anos. Mas há um erro que, talvez, justifique – é que: a pena-base dos homicídios tentados, no momento da fixação, a Magistrada assevera:

Considerando-se que o crime é de 12 a 30 anos, (...). Ela se equivocou! Não era qualificado, era de 06 a 20 anos. E proporcionalmente, o do homicídio qualificado está infinitamente ilógico em relação à pena fixada pelo homicídio simples.

A Defesa agradece a gentileza, inclusive, de ter permitido o excesso.

Muito obrigado.

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E REVISOR)

Após as razões orais trazidas pela Defesa, volto a palavra ao Desembargador Relator, Desembargador José Anchieta.

VOTO DO RELATOR: FLS. 586/595 DOS AUTOS.

VOTO DE REVISÃO: FLS. 596/604 DOS AUTOS.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

1ª PRELIMINAR: NULIDADE DO JULGAMENTO POR EQUÍVOCO DA DECISÃO DE PRONÚNCIA.

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E REVISOR)

Também tenho o mesmo entendimento. Nulidade de decisão de pronúncia – matéria preclusa. Inclusive deveria, ou foi apreciada em Recurso em Sentido Estrito.

Também rejeito essa preliminar.

A Turma está de acordo em rejeitar a preliminar de nulidade da decisão de pronúncia.

O voto está em discussão.

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

Acompanho a Turma.

DECISÃO

“À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO DE PRONÚNCIA.”

2ª PRELIMINAR: NULIDADE DO JULGAMENTO POR AUSÊNCIA DE QUESITAÇÃO DAS TESES DE DEFESA.

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E REVISOR)

Meu voto também é no sentido de rejeitar a preliminar de ausência de quesitação.

A Turma está de acordo em rejeitar a preliminar.

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

Acompanho.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DECISÃO

"TAMBÉM À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE QUESITAÇÃO DAS TESES DA DEFESA."

MÉRITO.

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E REVISOR)

Meu voto, em revisão, quanto ao mérito, chega à mesma conclusão do Relator.

É o voto da Turma que está em discussão.

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

Presidente, da leitura que ouvi da denúncia, não entra na minha cabeça – um homicídio, duas tentativas, salvo se tivesse nos autos, na denúncia, que o réu queria matar todo mundo, chegou ali para matar um, outro e outro e conseguiu somente um.

Parece-me que houve uma *aberratio ictus*, ele respondeu por isso, ele matou quem não queria, mas ele direcionou, então, a *aberratio ictus*, tudo bem, parece-me que foi o Jackson que faleceu.

Esse disparo, parece-me que não foi um concurso formal, porque não foram várias ações dos disparos que estavam direcionados, mais de um disparo direcionado a determinada vítima – pegou outras e não foi atacado isso no momento oportuno, lamentavelmente, no Recurso em Sentido Estrito, quando da pronúncia que reconheceu duas tentativas.

A meu ver, aparenta-se que há aí um homicídio e duas lesões corporais.

Eu, por não estar seguro disso, peço vênias à Turma, vou pedir vista dos autos, eu quero examinar, saber realmente para me convencer de que houve um homicídio com duas tentativas de homicídio.

Pela leitura que ouvi, ele direcionou, o objetivo dele era acabar a briga, depois atingir quem estava espancando um suposto amigo, e tal, e matou o amigo, e, desses disparos, atingiu outras pessoas. A meu ver, seriam um homicídio e duas lesões.

Peço vista.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. TAMBÉM À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE QUESITAÇÃO DAS TESES DA DEFESA. NO MÉRITO, APÓS O VOTO DA TURMA DANDO PROVIMENTO PARCIAL AO APELO PARA REDIMENSIONAR A PENA DEFINITIVA IMPOSTA AO RÉU EDNEI SIÃO SOARES PARA 23 (VINTE E TRÊS) ANOS DE RECLUSÃO, NESTA OCASIÃO DOS DEBATES, PEDIU VISTA O DES. GUSTAVO LIMA."

G₈



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

QUARTA CÂMARA CRIMINAL – 13.05.2014

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 308708-9– OLINDA

APELANTE : EDNEI SIÃO SOARES

APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR : DESEMBARGADOR JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA

REVISOR : DESEMBARGADOR MARCO MAGGI

EM SESSÃO DO DIA 18/02/14, À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. TAMBÉM À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE QUESITAÇÃO DAS TESES DA DEFESA. NO MÉRITO, APÓS O VOTO DA TURMA DANDO PROVIMENTO PARCIAL AO APELO PARA REDIMENSIONAR A PENA DEFINITIVA IMPOSTA AO RÉU EDNEI SIÃO SOARES PARA 23 (VINTE E TRÊS) ANOS DE RECLUSÃO, NESTA OCASIÃO DOS DEBATES, PEDIU VISTA O DES. GUSTAVO LIMA.

VOTO-VISTA DO EMINENTE DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA ÍNSITO NAS FOLHAS 613/607 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE)

Anuncio o resultado.

DECISÃO:

“À UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL AO APELO PARA REDIMENSIONAR A PENA DEFINITIVA IMPOSTA AO RÉU EDNEI SIÃO SOARES PARA 23 (VINTE E TRÊS) ANOS DE RECLUSÃO, MANTENDO-SE OS DEMAIS TERMOS DA SENTENÇA RECORRIDA.”
